

“TELEVISÃO PARA SALVAR”: RELIGIÃO, MÍDIA E DEMOCRACIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Christina Vital da Cunha

Professora do Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal Fluminense – e do Departamento de Sociologia da mesma universidade. Possui Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (Bacharelado - 1998; Licenciatura - 1999), mestrado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro IFCS/PPGSA (2002) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro PPCIS/UERJ – vinculado à linha de pesquisa “Religião e Movimentos Sociais em Perspectiva” – (2009). Cumpruiu Estágio de Doutorado no Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain na École de Hautes Études en Sciences Sociales com financiamento da CAPES. Integra a equipe de pesquisadores da Rede de Pesquisadores Luso-Brasileiros de Artes e Intervenções Urbanas, coordenada por Glória Diógenes (UFC) e Ricardo Campos (Universidade Nova de Lisboa) e o grupo Religião, arte, materialidade, espaço público: grupo de antropologia, coordenado por Emerson Giumbelli (PPGAS-UFRGS). É autora dos livros Religião e Conflito (2016), em parceria com Melvina Araújo; Oração de Traficante: uma etnografia (2015); e do livro Religião e Política: uma análise da participação de parlamentares evangélicos sobre o direito de mulheres e de LGBTs no Brasil (2012), em parceria com Paulo Victor Leites Lopes. É colaboradora ad hoc do Instituto de Estudos da Religião desde 2002. Tem experiência em Antropologia da Religião e Urbana com ênfase nos seguintes temas: religião, política e direitos; arte urbana (grafite e outras intervenções) e religião; conflitos religiosos na cidade; interfaces entre religião, crime e Estado nas favelas.

RESUMO

Nas últimas décadas, diferentes mídias têm sido alvo importante de propaganda institucional religiosa e de evangelização. A mídia televisiva, por ser identificada como “de massa”, é palco de disputas públicas recentes entre denominações evangélicas mais consolidadas no Brasil como Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Batista, entre algumas outras. Neste artigo pretendo refletir sobre sentidos atribuídos por políticos evangélicos à ocupação de espaços na mídia televisiva nacional e os jogos de revelação e ocultação do religioso nessas disputas com base em entrevistas e dados quantitativos coletados entre os anos 2007 e 2013 com apoio do ISER – Instituto de Estudos da Religião – e Fundação Ford.

Palavras-chave: Religião; Mídia; Política; Coronelismo eletrônico evangélico; Democracia.

ABSTRACT

In the last decades different media has been an important target of religious institutional propaganda and evangelization. The television media, being identified as “mass”, is the scene of recent public disputes between more consolidated evangelical denominations in Brazil as Assembly of God, Universal Church of the Kingdom of God, Baptist Church among some others. In this article I intend to reflect on the meanings attributed by evangelical politicians to the occupation of spaces in the national television media and the games of revelation and concealment of the religious in these disputes based on interviews and quantitative data collected between the years 2007 and 2013 with the support of ISER Studies of Religion - and Ford Foundation.

Key words: Religion; Media; Policy; Eletronic evangelical coronelism; Democracy.

Introdução

Desde a década de 1990, com o crescimento da presença de evangélicos no espaço público brasileiro, observamos a emergência de conflitos cujo elemento religioso é aquele principalmente acionado. Sendo assim, a intolerância religiosa¹, os questionamentos em torno da laicidade do Estado e da presença de religiosos na política², as análises e articulações em torno da garantia ou da supressão do ensino religioso nas escolas públicas³, o enfrentamento da presença de conteúdos religiosos na TV⁴ e a necessidade

¹ Silva (2007); Miranda (2012); Vital da Cunha (2012); Santos (2009); entre outros.

² Mariano (2011); Giumbelli (2002); Montero (2009, 2012); Cunha (2008); Machado (2004, 2006, 2012); Burity (2006); Campos (2010); Fonseca (1996, 1998); Freston (1992, 1993, 1996); Mallimaci (2008); Oro, Mariano (2010); Pierucci (2011); Tadwald (2010); Vital da Cunha, Lopes (2012); entre outros.

³ Giumbelli, Carneiro (2004); Lui (2011); Cunha (2011, 2013); entre outros.

⁴ Novaes (2001); Santana (2005); Campos (2008, 2004); Conrado (2001); Fonseca (1996, 1998); entre outros.

de conhecer e de regular a assistência religiosa em espaços de privação de liberdade⁵ conformam temas que ganharam destaque na agenda pública nacional. Nesse contexto, foi possível observar a formação de diversos coletivos, seja na sociedade civil, seja em âmbito governamental, com vistas a refletir e atuar na garantia de direitos constitucionais e humanos de segmentos religiosos⁶ e daqueles que se opunham a concentrações cruzadas entre capital, política e mídia no Brasil⁷. Na Academia, esse contexto lança o desafio de pensar sobre como se estabelece a relação entre concepções religiosas e seculares de democracia, religião, assim como as disputas em torno de noções de laicidade por diferentes atores sociais.

Neste artigo pretendo lançar algumas reflexões sobre as modalidades de presença da religião no espaço público com ênfase na identificação de sentidos dados por evangélicos para as suas atuações na mídia televisiva e na política a partir da análise do material empírico recolhido no âmbito da pesquisa: “Evangélicos e Doutrina no Ar: uma investigação sobre os evangélicos nas Comissões e Conselhos do Legislativo Nacional”, realizada pelo Instituto de Estudo da Religião (ISER) – em parceria com a Fundação Ford (2007-2009)⁸. Na pesquisa, o objetivo principal era discutir o lugar estratégico, em termos políticos e econômicos, que a mídia televisiva assumira para os evangélicos nos anos 2000. O material empírico foi coletado mediante

⁵ Quiroga, Vital da Cunha (2005); Scheliga (2013); Simões (2010a, 2010b); Bicca, Steil (2005); entre outros.

⁶ Comitê Nacional de Respeito à Liberdade Religiosa, de 31/01/2014, (SDH Nacional); Grupo de Trabalho de Enfrentamento à Intolerância e Discriminação Religiosa para a Promoção dos Direitos Humanos – GTREL-RJ, de 21/12/2011 (SUPERDIR-SEASDH/RJ); Comitê Estadual de Combate à Intolerância Religiosa, de 21/01/2013 (Departamento de Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos/RS); além de dezenas de grupos de combate à intolerância religiosa formados por iniciativa da sociedade civil, tais como a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa – CCIR/RJ, em 2008; Fórum Inter-Religioso por uma Cultura de Paz e Liberdade de Crença/SP, em 2006; entre outros.

⁷ Dentre eles, destacaria o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), 1991 e o INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social, de 2002.

⁸ Como coordenadora, contei com a assistência de pesquisa de Janayna Lui e Rafael Hiran, assim como as contribuições de Flávio Viik, Flávio Conrado e Clemir Fernandes. Agradeço a eles, à estrutura viabilizada no ISER e à Fundação Ford pelo financiamento da pesquisa realizada entre os anos de 2007 e 2009.

observação direta em fóruns, conselhos e na Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCTCI), em Brasília, comissão essa, entre outros órgãos, responsável pela avaliação dos processos de concessão de outorga de TV e rádio no Brasil. Além dessa observação direta, realizamos entrevistas com os deputados federais Geraldo Pudim (PMDB-RJ) – deputado mais votado do estado do Rio de Janeiro em 2004, com 273 mil votos –, Gilmar Machado (PT-MG), Jurandir Loureiro (PSC-ES), Major Fábio (DEM-PB), Zequinha Marinho (PMDB-PA), Bispo Manoel Ferreira (PTB-RJ), Luiza Erundina (PSB-SP), Jorge Bittar (PT-RJ), com especialistas e com ativistas pela democratização da comunicação no país.

Contexto: as primeiras aparições de evangélicos na mídia

Os evangélicos representam um terço da população maior de 16 anos no Brasil hoje⁹. Este crescimento no número de autodeclarados evangélicos no Brasil, identificado principalmente nas últimas três décadas¹⁰, deu origem a uma gama significativa de reflexões acadêmicas sobre seus corolários em diferentes âmbitos da vida social no país, tal como podemos ver em Pierucci (1996, 2006); Novaes (1982, 2006); Machado (2006); Teixeira, Menezes (2006); Fernandes (1998); Freston (1994); Burity (1997). Até a década de 1980 as igrejas evangélicas tinham como marca a exigência presencial de membros aos cultos e campanhas da igreja, a difusão e o controle de um padrão moral, estético e de conduta rígidos em relação à permissividade (segundo a visão de membros dessas igrejas) doutrinária e moral observada entre os fiéis católicos. No entanto, tais características vêm se atualizando, se moldando ao “espírito do tempo” (NOVAES, 2006), ou seja, ao momento, aos gostos, à estética, aos contextos social, político

⁹ Segundo dados do Instituto DataFolha de 2016, 29% da população maior de 16 anos é evangélica no Brasil. Fonte: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/12/1845231-44-dos-evangelicos-sao-ex-catolicos.shtml>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

¹⁰ Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 1991, os evangélicos correspondiam a 9% do total da população. Dez anos depois, os dados do IBGE confirmaram a presença de 15,5% de evangélicos no Brasil. Em 2010 esse percentual chegou a 22,2%, o que corresponderia a 42,3 milhões de pessoas.

e econômico de uma determinada época. Assim, o investimento na mídia televisiva como uma das estratégias de evangelização, aposta que avançou com o surgimento de uma corrente chamada neopentecostal no Brasil (teve início em 1977 com a inauguração do primeiro templo da Igreja Universal do Reino de Deus, no Rio de Janeiro), resultou na expansão e em novas e diversas possibilidades de “ser evangélico”, juntamente com outros fatores já explorados pela bibliografia especializada¹¹. Essa atualização nos modos de viver a identidade religiosa tem espaço em um momento específico da modernidade no qual a individualidade, a afirmação da subjetividade e da singularidade do indivíduo ganham força ancoradas em diversas referências ligadas à filosofia, à sociologia, à psicologia e/ou às tradições religiosas identificadas com a Nova Era.

O uso de suportes de mídia não é recente entre os evangélicos. Tal como lembra Freston (apud SANTANA, 2005), o Evangelicalismo tinha sua centralidade na palavra escrita e falada. Desde o início das missões protestantes no Brasil (a partir da década de 1830), era difundida a importância da leitura nesta que ficou conhecida como a “religião da palavra” (MAFRA, 2001). Eram populares no meio protestante máximas como “a ignorância é a mãe da heresia” e “o saber e o conhecimento vêm de Deus” (MAFRA, 2001). Esta percepção fez gerar um sem número de iniciativas protestantes de difusão cultural e em prol da alfabetização da população. Tratados (pequenas brochuras) eram editados por missionários e distribuídos no universo protestante. O conteúdo deles era composto por respostas a questões religiosas, autoajuda e orientações comportamentais. O primeiro jornal evangélico no Brasil e na América Latina data de 1864 e foi chamado *Imprensa Evangélica*. Esse jornal surgiu por iniciativa de Simonton, missionário fundador da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro. As instituições de ensino eram, igualmente, um esforço das igrejas históricas de missão (como se convencionou classificar no Brasil os luteranos, presbiterianos, anglicanos e metodistas) em

¹¹ Almeida (2006); Benedetti (2006); Campos (2008, 2004); Fernandes (1998); Teixeira, Menezes (2006); Mariano (1999); Velasques Filho (1990), entre outros.

evangelizar e promover a alfabetização de possíveis representantes formais dessas denominações.

Já no século XX, mais precisamente na década de 1940, surgem os primeiros programas de rádio evangélicos (FONSECA, 2003; SANTANA, 2005). As pioneiras foram a Igreja Adventista e a Assembleia de Deus – esta já possuía um jornal distribuído desde 1930 até os dias de hoje, o *Mensageiro da Paz*. Em 1950, Robert MacAlister iniciou o programa de rádio denominado “*A Voz da Nova Vida*” – programa que deu origem à Igreja Nova Vida na década seguinte.

Da “Igreja Eletrônica” aos Programas Evangélicos Nacionais

Em 1960, surgiram os primeiros programas evangélicos na TV brasileira. No entanto, eram veiculados em rede local e de curta duração. Assim como na programação radiofônica, na televisiva também foram os adventistas os pioneiros. O primeiro programa pentecostal na TV foi veiculado na TV Tupi sob a direção de MacAlister, da Igreja Nova Vida. Até os anos 1980, a programação televisiva evangélica no Brasil era predominantemente norte-americana (SANTANA, 2005; FONSECA, 2003). A presença desses pastores e missionários na TV nacional foi cunhada de Igreja Eletrônica (ASSAMAN, 1986). Dentre os programas norte-americanos mais veiculados na época estavam os de Rex Humbard, *Alguém ama você*, e de Pat Robertson, *Clube 700*. Mas, sem dúvida, eram os cultos do pastor Jimmy Swaggart os programas mais populares. A partir de meados dos anos 1980, a produção brasileira evangélica para a TV se tornou independente e passou a ocupar espaços em redes nacionais.

Os programas televisivos em redes evangélicas tratam, na atualidade, de temáticas variadas e têm diversos perfis: transmissão de cultos; programas de entrevista; programas exclusivamente de mulheres (apresentado por mulheres, com temáticas voltadas para esse público e com convidadas geralmente do mesmo gênero); transmissão de megaeventos religiosos; transmissão de campanhas da igreja; programas de aconselhamento, de testemunhos; programas de debates com personalidades do mundo evangélico e, final-

mente, programas destinados (na totalidade ou em boa parte do seu tempo) à venda de produtos com “grife” evangélica como CDs, DVDs, roupas, livros, revistas e produtos de beleza¹².

Uma grande máquina televisiva cumpre também uma extraordinária missão arrecadadora. Não por acaso, a Universal é a igreja que mais recolhe doações acima de 10% do dízimo convencional. O rádio e a TV servem ainda de canal para a transmissão de modelos culturais e de comportamento. Aline Barros, uma cantora de 25 anos [...], já vendeu mais de um milhão de CDs de música pop evangélica. Cassiane, com três milhões de discos vendidos, é outra estrela do gênero. A banda de Rock Pauleira *Oficina G3* ultrapassou os limites da igreja apresentando-se no último Rock In Rio.¹³

A desconfiança em torno dessas arrecadações milionárias teve inúmeras repercussões. Em 2012, somando-se aos evangélicos que se opõem às práticas de igrejas que professam a Teologia da Prosperidade, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) mostrou-se engajado na elaboração de um projeto de lei que viesse a coibir o comércio religioso na TV aberta, o pedido de dízimos e ofertas, tal como foi veiculado na revista *Cristianismo Hoje*, edição 33, ano 06, de maio de 2013. O título da reportagem era: “Contra os vendilhões da TV”. Em reportagem veiculada em um blog evangélico, lê-se um trecho do pronunciamento do Senador:

¹² No início do ano de 2014, a pastora Elizete Malafaia, esposa do pastor Silas Malafaia, lançou a “Mulher Vitoriosa”, uma linha de produtos de beleza feminina (hidratantes faciais, corporais, perfumes, sabonetes etc.). Disponível em: <https://www.editoracentralgospel.com/_gutenweb/_loja/hotsite/revendedores/index.cfm>. O programa dela, veiculado no âmbito do Ministério Vitória em Cristo, versão para mulheres, oferece uma gama de orientações para o público feminino. No site da Editora Central Gospel, é possível adquirir livros de receitas da “Mulher Vitoriosa”, guias de beleza e de comportamento de autores nacionais e internacionais que são alvo dos comentários e da propaganda da pastora Elizete em seu programa. Sobre o papel do feminino nas igrejas pentecostais, ver Machado (1995), Birman (1998), Mariz (2006, 2006).

¹³ Fonte: Centro Apologético Cristão de Pesquisa. Reportagem de Maurício de Oliveira e Neide de Oliveira. Disponível em: <www.cacp.org.br>. Acesso em: 01 jan. 2007.

Para o senador, “parece inevitável o paralelo entre o comércio da fé hoje e o comércio da fé nos estertores da Idade Média. A venda de indulgências, por exemplo, que provoca os protestos pioneiros do inglês John Wycliffe, dos tchecos Jan Huss e Jerônimo de Praga, antecessores das reformas propostas pelas 95 teses de Lutero, equipara-se, hoje, à venda da cura, da felicidade, da prosperidade, da salvação eterna, desde que você contribua financeiramente com as igrejas e os pastores televisivos”¹⁴.

Dados sobre evangélicos na TV brasileira

Dados da pesquisa “Evangélicos e Doutrina no Ar: uma investigação sobre os evangélicos nas Comissões e Conselhos do Legislativo Nacional”, realizada pelo ISER em parceria com a Fundação Ford (2007-2009), revelam que são 9 (nove) as entidades controladoras das TVs ligadas a Igrejas Evangélicas. São elas:

Tabela 1. Redes religiosas no Brasil

Emissoras de TV	Entidade controladora	Igreja vinculada	Ano de fundação
Rede Boas Novas	Fundação Evangélica - Boas Novas	Assembleia de Deus	1993
Família	Rede Família de Comunicação Ltda.	IURD	1998
Rede Gênese	Sara Brasil	Igreja Sara Nossa Terra	1997
Rede Gospel	Fundação Evangélica Trindade	Igreja Apostólica Renascer em Cristo	1996
Novo Tempo	TV Educativa	Adventista do 7º Dia	1996
TV Enlace Juvenil	Grupo Pentecostal da Costa Rica	Igreja Pentecostal Internacional	2007

¹⁴ Disponível em: <<http://noticias.gospelmais.com.br/senador-critica-comercio-religioso-tv-combater-pratica-48292.html>>. Acesso em: 06 mar. 2014.

Emissoras de TV	Entidade controladora	Igreja vinculada	Ano de fundação
TV Super de Televisão – Uma TV Diante do Trono	Igreja Batista da Lagoinha – MG	Batista da Lagoinha	2002
RIT (Rede Internacional de Televisão)	Televisão Cidade Modelo Ltda.	Igreja Internacional da Graça de Deus	1999
Rede Record	Record	IURD	1989
Record News (Antiga Rede Mulher)	Record	IURD	2007

Fontes: EPCOM, ABERT e sites das denominações evangélicas, em 2009.

As mais variadas denominações evangélicas, com destaque para as pentecostais, usam diferentes produtos de mídia em todo o Brasil (CAMPOS, 2004, 2008). Quando não possuem emissoras de TV ou rádio, têm nesses veículos algum programa pelo qual pagam para se apresentarem. Há igrejas, ainda, que, mesmo possuindo redes de TV, compram horários na grade de outras emissoras, como é o caso da Igreja Universal do Reino de Deus, que, em 1989, adquiriu a Rede Record de Televisão, se tornando a primeira denominação evangélica a ser proprietária de uma televisão com cobertura nacional. Atualmente, a IURD conta com editora, centenas de livros de autoria de seus pastores e bispos, CDs, DVDs, com a *Folha Universal*, jornal com tiragem semanal de mais de um milhão e meio de exemplares e, finalmente, com a Rede Record de televisão, que é composta por 106 emissoras nacionais e oito internacionais (dados obtidos em 2014). No Brasil, ocupa o 2º lugar no ranking das TVs com maior índice de audiência, ficando atrás somente da Rede Globo (segundo J. J. News em 2014).

A Assembleia de Deus opera uma rede de televisão, a *Rede Boas Novas*, com 52 emissoras no país (<http://boasnovas.tv/cobertura>). A Igreja Internacional da Graça de Deus, liderada pelo missionário R. R. Soares, é concessionária da Rede Internacional de Televisão (RIT TV). A rede oferece progra-

mação 24h por dia, contando com 37 variedades entre jornais, informativos gospel e esportivo, animação infantil – o famoso *Turminha da Graça*, entre outros –, música, filmes, além de transmissão de culto e demais atividades da Igreja. A RIT conta com oito emissoras de TV e mais de 170 retransmissoras, sendo acessada por cabo ou via satélite. Pelo site da RIT e por mais outros 12 sites a ela vinculados, pode-se acessar o conteúdo integral da rede ao vivo. Via satélite, é possível acessar a RIT em países da Europa, das Américas, do Norte da África e do Oriente Médio (<http://www.rittv.com.br>; <http://www.amigodecristo.com/>). A Rede Gênesis de Televisão pertence à Igreja Sara Nossa Terra. Foi fundada em 1997 e conta com programação para “toda a família”, como se pode ler no site da Rede (<http://www.redegenesis.com/>). Sendo assim, há programas para mulheres, crianças, cultos, filmes, informativos diversos, jornais.

A Rede Super de Televisão vincula-se à Igreja Batista da Lagoinha. Oferece 21 programas com conteúdo religioso, mas com uma estética similar à de canais de grande audiência. Começou a operar em 2000, sob a gestão de uma empresária e outros quatro deputados federais, dentre eles Dalmir de Jesus (MG). Em 2002, foi comprada pela Igreja Batista da Lagoinha, passando a veicular conteúdo gospel e anuncia em seu site a missão de ser a principal rede de comunicação cristã do país. A Rede Super tem cobertura nacional com programação 24h transmitida via satélite. Possui uma geradora e três afiliadas. Atualmente, conta com 90 retransmissoras em todo o Brasil. A Igreja Apostólica Renascer em Cristo possui a Rede Gospel desde 1996. A Rede conta com duas geradoras e sete retransmissoras em capitais brasileiras (www.redegospel.tv.br). A programação também está disponível 24h em seu portal na internet. Além da rede de TV, a Igreja Renascer em Cristo possui a Rede Gospel FM, jornais, uma gravadora de música evangélica e a patente da palavra gospel no país.

Além da ocupação de espaços na mídia de massa tradicional, há grande presença de canais de rádio e TV evangélicos no ciberespaço, como vimos acima. Através desse espaço, disponibilizam conteúdo 24h por dia com maior capilaridade e com custo inferior àquele necessário à transmissão em

canais na TV aberta, a cabo ou via satélite (AGUIAR, 2014). Mais que um incremento na evangelização e nas vendas, através do universo on-line são realizados aconselhamentos e a formação de pastores em cursos à distância¹⁵.

Na grade de programação semanal das emissoras abertas em 2009, era possível notar o número significativamente maior de programas de igrejas evangélicas em relação às demais expressões religiosas existentes no Brasil. A média de programas evangélicos é de 28 por dia. Nas segundas-feiras e quartas-feiras havia uma presença maior de programação evangélica no ar. Eram 29 inserções. Nesses dias não havia manifestação de outra expressão religiosa na grade. Somente aos domingos havia um programa espírita de 30' e um da comunidade israelita, de uma hora.

Tabela 2. Quantitativo de horas de programação religiosa na TV aberta

	Evangélica	Católica	Israelita	Umbandista	Secho-No-Iê	Total semanal
2009	185 horas 30 min.	2 horas	1 hora	30 min.	-	189 horas
2013	228 horas 10 min.	7 horas	-	-	30 min.	235 horas 40 min.

Em 2013, na programação da TV aberta, havia 235 horas e 40 minutos semanais de programação produzida por instituições religiosas¹⁶ (em um total de horas de programação possível de 1.176 horas). A CNT é a emissora que mais transmite conteúdo religioso, tendo quase 14h diárias de conteúdo produzido por igrejas evangélicas, das quais a IURD detém maioria. Conforme podemos constatar nos dados apresentados anteriormente em relação ao ano de 2009, ano de finalização da pesquisa ISER-Fundação Ford, houve

¹⁵ Em 2007, havia sete vezes mais pastores evangélicos (muitos deles formados por “cursos à distância”) do que padres católicos no Brasil. Fonte: www.cacp.org.br (Centro Apologético Cristão de Pesquisa). Acesso em: 01 jan. 2007.

¹⁶ Dados coletados da programação semanal de sete emissoras de TV aberta disponíveis em seus sites. As emissoras são: TV Brasil (2h), Rede Globo (1h), Rede TV (75h), CNT (94h05), Rede Bandeirantes (28h35), SBT (nenhuma programação religiosa) e Rede Record (35h). Acesso em: 01 ago. 2013.

crescimento da programação religiosa na TV aberta. Eram 189 horas de programação (com um programa de umbanda, outro da comunidade israelita, missas católicas, além dos programas evangélicos). Em 2013, temos maior conteúdo produzido por instituições religiosas com menor diversidade, visto que só existem programas católicos (7h), um programa da Igreja Secho-No-Iê (30min) e o restante de programação evangélica (228h 10m). Além da programação produzida por instituições religiosas, há também uma farta produção de conteúdo religioso pela mídia secular que emerge em telejornais, novelas, seriados e em demais produtos das TVs no Brasil. Sendo assim, conforme pesquisa realizada em 2014 por Magali Cunha¹⁷, 73% da programação de conteúdo religioso produzido na mídia secular é católico. Trata-se da cobertura do catolicismo institucionalizado, da agenda religiosa de padres e do Papa, festividades católicas. Segundo a pesquisadora, 100% deste conteúdo é positivo. Ou seja, trata-se da apresentação positiva desta religião em programas seculares sem o estabelecimento de críticas à institucionalidade ou a autoridades religiosas católicas. As religiões de matriz africana aparecem residualmente e sempre sob a égide da cultura. Já os evangélicos ocupam um espaço pequeno na programação secular em relação aos católicos e, diametralmente diferente deles, pela exposição de aspectos negativos envolvendo lideranças e instituições evangélicas, seja no âmbito político, econômico, criminal e patrimonial.

O que pensar a partir dos dados recolhidos na pesquisa ISER-FORD? A primeira reflexão talvez seja bastante evidente: esses números são expressivos da importância atribuída à mídia eletrônica por líderes evangélicos pentecostais e neopentecostais na disputa e consolidação da sua presença num universo religioso plural e que dialoga de forma cada vez mais intensa com o curso da globalização, com estéticas e valores nela predominantes (Cf. FIGUEIREDO FILHO, 2008; BELLOTTI, 2009; CUNHA, 2004; HOOVER, 2001; SANTANA, 2005; CAMPOS, 2004, 2008; entre outros).

¹⁷ Dados veiculados em exposição de Magali Cunha no Seminário Acadêmico sobre Estado Laico, Intolerância e Diversidade Religiosa na OAB-SP, dezembro de 2016.

Em segundo lugar, os dados desta pesquisa nos permitem verificar que um percentual muito baixo de denominações evangélicas dispõe de espaço na mídia televisiva, seja na condição de detentoras de concessões (Assembleia de Deus; Igreja Universal do Reino de Deus; Igreja Sara Nossa Terra; Igreja Apostólica Renascer em Cristo; Igreja Adventista do Sétimo Dia; Igreja Pentecostal Internacional; Igreja Batista da Lagoinha; Igreja Internacional da Graça de Deus. Dados de 2009), seja na condição de sublocadoras de horários na grade das emissoras de TV aberta (Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus, Assembleia de Deus, Vitória em Cristo, Bola de Neve, Igreja Internacional da Graça. Dados de 2013). Considerando que há mais de 1.300 denominações evangélicas registradas no Censo do IBGE 2010, o cenário é de flagrante concentração da programação em torno de algumas igrejas pentecostais/neopentecostais específicas. O que motivaria umas denominações e lideranças e não outras a disputarem presença neste meio?

Concentração de mídia religiosa e secular no Brasil

A concentração de mídia ou concentração dos meios de comunicação de massa pode ser definida como um fenômeno social relativo ao controle dos meios de comunicação no Brasil por um número reduzido de grupos formados por empresários e/ou por políticos e seus familiares. Este fenômeno ficou também conhecido como “coronelismo eletrônico”. Como nos lembra Farias (2009, p. 1-2),

[...] a expressão coronelismo “eletrônico”, ao contrário da maior parte das elaborações conceituais, nasceu na imprensa da década de 1980, como forma de os jornalistas explicarem aos leitores o fenômeno de um suposto envolvimento de lideranças políticas, especialmente parlamentares, no exercício do mandato eletivo, com emissoras de rádio e de televisão. (FARIAS, 2009, p. 1-2).

Aproximadamente uma década depois, o primeiro trabalho acadêmico a lançar mão dessa noção foi o de Célia Stadnik (1991), em sua monografia

de conclusão do curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mais tarde, a expressão passou a ser utilizada por outros pesquisadores e por ativistas em defesa da democratização dos meios de comunicação no país. Entre os pesquisadores, destacam-se Venício Arthur de Lima, pesquisador sênior do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP/UNB); Sérgio Capparelli e Suzi dos Santos. Vale lembrar que a noção de coronelismo eletrônico guarda relação com o clássico de Victor Nunes Leal (1949), *Coronelismo, enxada e voto: o município e o sistema representativo no Brasil*. Essa obra teve como foco a análise de “relações políticas de compromissos e trocas assimétricas que se estabelecem em um regime político de extensas bases representativas unidas a um poder privado exorbitante” (AGUIAR, 2009, p. 416). O autor concebe o conceito de coronelismo como “resultado da superposição de formas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. É uma forma peculiar de manifestação do poder privado” (LEAL, 1976, p. 20). O excessivo poder dos chefes locais resultaria na perseguição a opositores, na proteção desmesurada dos próximos e indiferença à lei, quando preciso, para promover alguma benesse, geralmente às custas de um prévio acordo’ (AGUIAR, 2009, p. 416). Sendo assim, “coronelismo eletrônico” passou a ser uma categoria acionada por pesquisadores e ativistas pela democratização das comunicações no Brasil com o propósito de denunciar aqueles que, sendo políticos – deputados ou senadores –, se aproveitam de sua condição para favorecerem a si próprios, a seus grupos de interesse e familiares em processos de concessão de outorgas de rádio e televisão, além de outras questões como as que envolvem o estabelecimento de marcos regulatórios da TV no Brasil etc.

O que ocorria no âmbito da mídia secular foi igualmente praticado por lideranças e políticos evangélicos. Deste modo, Figueiredo Filho (2008) nomeia “coronelismo eletrônico evangélico” o tipo de prática oligárquica praticada por políticos, só que, neste caso, por políticos e líderes evangélicos. Tal como nos lembra Lima (2010),

[...] o argumento principal de Figueiredo Filho é que “a representação política evangélica é o mesmo que representação das redes de co-

municação evangélicas” e “nem mesmo os supostos valores morais comuns ao grupo religioso conseguem o grau de coesão alcançados pelos interesses relacionados à formação, manutenção e expansão de suas redes de comunicação”. No contexto legal que regula a concessão, renovação e o cancelamento dos serviços públicos de rádio e televisão no Brasil, isso significa a manutenção de um tipo particular de coronelismo eletrônico, agora o evangélico.

Sendo assim, argumenta Figueiredo Filho (2008), o interesse de lideranças evangélicas em torno da apresentação de nomes para a Câmara e o Senado Federais teria como interesse maior a defesa de suas denominações e de seus conglomerados de mídia. Isso explicaria a indicação de nomes de cunhados, filhos, sobrinhos, irmãos para estas casas legislativas feitas por Silas Malafaia, R. R. Soares, Pastor Everaldo, Edir Macedo, entre tantos outros. Embora o argumento seja sedutor e evidente, em alguns casos, devemos lembrar que, até a 53ª legislatura, a Frente Parlamentar Evangélica tinha um perfil menos homogêneo em termos socioeconômicos e partidários do que assumiu nas legislaturas mais recentes (54ª e 55ª), na qual verificamos uma ação política mais afinada em torno da “agenda moral” ou “do Reino”, assim como em outras agendas como das armas, da terra, questão indígena etc. (VITAL DA CUNHA, LOPES, 2012, 2017). Aquela heterogeneidade sinalizava, entre outros, diferentes projetos e interesses políticos e pessoais de parlamentares vinculados à FPE, diferentes modos de relação com as instituições religiosas que, em muitos dos casos, não formavam nem mesmo suas bases eleitorais, como no caso dos que vinham de uma “militância de base” em sindicatos e/ou partidos de esquerda. Ou seja, a identidade evangélica não pode ser considerada analiticamente um elemento definidor de todas as ações políticas no contexto legislativo. As diferentes trajetórias políticas e diferentes modos de entrada de evangélicos na política são variáveis importantes a serem consideradas quando se trata de analisar comportamentos legislativos.

Atentos à complexidade do que envolvia o tema religião, mídia e democracia, buscamos, a partir de entrevistas com parlamentares integrantes da Co-

missão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados, em Brasília, identificar os posicionamentos públicos, as justificativas morais e os sentidos dados pelos atores às suas ações envolvendo a defesa de mídias religiosas ou de conteúdos confessionais na TV. Pretendíamos acompanhá-los igualmente em coletivos de comunicação, mas não havia evangélicos integrando os coletivos selecionados na pesquisa¹⁸. Os políticos ligados à Frente Parlamentar Evangélica perfaziam 20% do número de membros da CCTCI, entre eles, o presidente da comissão à época, o deputado federal Walter Pinheiro (PT-BA). Nas audiências públicas que acompanhamos na Câmara Federal, os deputados evangélicos tinham baixa atuação direta e pública, demonstrando pouco conhecimento dos projetos que ali estavam em análise¹⁹. Questionado sobre um dos temas mais candentes em discussão na CCTCI à época, nenhum dos parlamentares evangélicos entrevistados soube responder. Dois parlamentares, na tentativa de responder à pesquisa, confundiram o PL 29/2007²⁰ com a derrubada do imposto sobre transação financeira (CPMF).

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e a FPE

Questionados ainda sobre quais seriam as orientações da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) para a atuação dos parlamentares na CCTCI, os parlamentares entrevistados foram unânimes em dizer que essas orientações não existiam porque a FPE daria atenção exclusiva aos temas que tangem à moral e à família. Todos citaram a questão do aborto e da homossexualidade como exemplo de agendas nas quais a FPE está envolvida.

¹⁸ FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (1991), INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social (2002). Na ABERT – Associação Brasileira de Empresários de Rádio e TV – havia, entre seus membros, deputados da frente parlamentar evangélica, com destaque para o Bispo Manoel Ferreira. Contudo, eles não estavam presentes entre os membros da direção da associação, que era dominada por parlamentares do PSDB, com grande representação dos estados do Sul do país.

¹⁹ Acompanhamos especificamente a PL 29/2007, o processo de fusão da Oi e os debates em torno da regulação das rádios comunitárias.

²⁰ O PL 29/2007, cujo relator era o deputado federal Jorge Bittar (PT-RJ), cria regras para o mercado de TV por assinatura e para a distribuição de conteúdos audiovisuais.

Bancada é de partidos. Eu, particularmente, nunca participei de bancada evangélica. Eu participo da frente evangélica, que é uma coisa diferente. Frente é um conjunto de pessoas que se unem em cima de uma proposta, né? Agora, bancada é de partido. Por exemplo, parti em defesa da frente da universidade pública, da frente em defesa da comunicação pública... a mídia às vezes distorce e coloca a gente numa coisa que a gente não está participando, né? E a gente tem divergências. Por exemplo, nós defendemos a família. Mas ao defender a família há divisões distintas. Por exemplo, nós, batistas, trabalhamos – eu sempre também defendi – pelo planejamento familiar. Certo? Então, o aborto, né, quando por estupro e quando a mulher corre risco de vida, nós defendemos, e, na frente, nem sempre todo mundo defende; então, isso tem distinções que a gente faz, e isso é uma das coisas também, na frente, que a gente tem essa liberdade de trabalhar. E formas de atuar, está certo? (Gilmar Machado – PT-MG, Brasília, 2008).

Afirmam não haver nenhuma diretriz para ação de políticos vinculados à FPE na CCTCI. Segundo o deputado federal Geraldo Pudim (PMDB-RJ), isso poderia configurar um *lobby*, e não seria o caso. Afirmou categoricamente que a presença de evangélicos em TVs e rádios é crescente, mas que o tratamento jurídico e político dado a elas é igual às demais. O deputado federal Zequinha Marinho (PMDB-PA) afirma que evangélicos procuram parlamentares para apoiarem suas iniciativas porque a burocracia é grande. Embora enfatize o aspecto técnico que envolveria esta relação entre parlamentares e integrantes de igrejas evangélicas, apresenta-se favorável ao apoio político de parlamentares evangélicos às instituições.

As igrejas às vezes buscam [o parlamentar para obter concessão de rádio], mas, por falta de conhecimento burocrático, que, infelizmente, é péssimo, terminam perdendo 90% das proposições que colocam aqui; documento, falta uma coisa, falta outra; a gente não tem

estrutura de assessoria. Agora, a frente não tem nenhuma atuação em cima disso. Cada um aqui às vezes tenta ajudar uma comunidade aqui, uma acolá, mas de forma individual, particular, tentando suprir... Não como frente, a frente não atua. E está errado, acho que devia atuar, devia dar uma forcinha, uma força institucional. Eu acho que é importante. (Zequinha Marinho – PMDB-PA, Brasília, 2008).

A posição de Marinho foi corroborada publicamente por integrantes da FPE. Em sessão especial no Congresso Nacional em homenagem à Marcha para Jesus, promovida e presidida pelo deputado federal Jurandir Juarez (PMDB-AP), em 18 de junho de 2009, os deputados federais Pastor Takayama (PTB-PR) – atual presidente da FPE, Major Fábio (DEM-PB), João Campos (PSDB-GO) – então presidente da FPE, Bispo Ge Tenuta (DEM-SP), Antonio Feijão (PSDB-AP), Pastor Pedro Ribeiro (PSDB-CE), diante de uma plateia de mais de 200 pessoas, formada por evangélicos vindos de diversas partes do Brasil, com destaque para a região Norte, faziam pronunciamentos que exaltavam uma pauta eminentemente religiosa: instituição do Dia Nacional do Evangélico²¹ e da Marcha para Jesus²², entre outras. Em relação ao apoio de parlamentares evangélicos aos “irmãos de fé”, o deputado federal Antonio Feijão (PSDB-AP) comprometeu-se em mobilizar a FPE para

[...] modernizar alguns instrumentos de comunicação para os evangélicos, a formação de um centro de eventos de comunicação na capital, um centro de rádio, comunicação de internet prometendo organizar a bancada do Amapá com apoio do deputado federal Ju-

²¹ O PL 3541/2008, de autoria do deputado Cleber Verde (PRB-MA), institui o dia Nacional do Evangélico em 30 de novembro. Em agosto de 2009, o projeto foi aprovado no Congresso. No Acre, no Amapá e no Distrito Federal, o Dia do Evangélico configura feriado. Ver Bosisio (2014) sobre o calendário religioso nacional. .

²² O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei 12.025/2009, que institui o Dia Nacional da Marcha para Jesus, a ser comemorado, anualmente, no primeiro sábado subsequente aos 60 (sessenta) dias após o domingo de Páscoa

randir Juarez (PMDB-AP) para promover essa modernização nos meios de evangelização para os ‘irmãos’ do AP²³.

Embora houvesse divergências quanto à filosofia de atuação de integrantes da FPE na CCTCI, uma unanimidade era observada em torno da atenção de parlamentares evangélicos nesta e em outras comissões no que dizia respeito a algumas agendas, tais como o combate à pornografia na internet e à exposição exacerbada da sexualidade na TV aberta como meio de preservação da “família brasileira”. Nas palavras do deputado federal Zeca Marinho (PMDB-PA), entrevistado em Brasília em 2008:

Não, aqui, praticamente, não tem muito trabalho. Aqui o nosso trabalho e a nossa vigilância estão ligados à questão da pornografia via internet, né, no sentido de fiscalizar projetos, sugerir pareceres, e trabalhar essa área, que é uma área muito perigosa atualmente, que destrói a família, através da criança e do adolescente, com acesso muito simples e muito fácil de sites comprometedores.

Em concordância com o parlamentar acima, o deputado federal Major Fábio (DEM-PB) afirmava sobre a ação de integrantes da FPE na CCTCI:

A questão do que a mídia, né, até onde a mídia pode ir. Nós sabemos que o Brasil não tem censura, isso é importante. Então, eles não podem ter limite na sua fala, nos seus pensamentos, mas nós temos que pensar nas famílias brasileiras. Então, existem alguns momentos que é necessária uma intervenção em alguns programas que não podem ser passados, que às vezes é uma afronta à família, é uma afronta à nossa juventude. Nós temos que ter muito cuidado com nossos filhos. **[em sua opinião, estas programações não podem ser**

²³ Pronunciamento proferido em 2009 na Plenária da Câmara dos Deputados em Brasília. Fonte: TV Câmara. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/tvcamara/>>.

passadas?] Eu acredito que não devem ser passados em momento algum. Acabou o tempo em que as crianças dormem cedo, né? Não é verdade? No momento, as crianças é que às vezes decidem: “Pai, nós vamos passar a noite acordados”. E eu digo: “Você vai passar mesmo, porque, no meu tempo, eu passava. Então, vamos passar, sim. Então, é como a internet, né, a internet deve ter os seus limites. Nós estamos vendo esses escândalos de pedofilia. É o cuidado que nós temos que ter, a família tem que ter, as autoridades têm que ter, todo o brasileiro tem que ter, não é verdade? Que essa qualidade não é só dos políticos, não é só dos governantes, mas de todo cidadão. Ele tem obrigação, né, com a integridade das pessoas, com a segurança pública, com a preservação da integridade das pessoas (Entrevista realizada com Major Fábio – DEM-PB, Brasília, 2008).

Em termos mais gerais, o deputado federal Jurandir Loureiro (PSC-ES) atribuía o crescimento dos evangélicos na mídia não como resultado de interesses de algumas denominações evangélicas no Brasil, mas ao entusiasmo com a Palavra, com a vontade de ver o outro “crescer” e mudar. Em suas palavras:

A vida aqui é isso mesmo. Agora, o que eu tenho de bom é paz, essa segurança, e aí eu quero transmitir isso pros outros. Aquilo que eu me sinto bem em ser, eu quero que você seja, eu quero que você abrace, eu quero que você tome essa decisão. [...] Crescem; eles crescem, porque as pessoas veem a diferença. Você diz: “Mas o Jurandir, eu conheci ele há 30 anos, ele era... – isso aconteceu comigo –, era um bêbado, ele só vivia embriagado, ele batia na mulher, ele era alcoólatra, todo dinheiro que ele ganhava, ele gastava com mulheres, com essas coisas, e ele mudou. Ele não mudou porque aceitou uma religião, ele mudou de vida porque não dava mais pra caminhar desse jeito”. E aí quando você tem que fazer uma mudança, na sua vida, não pra agradar ao homem, mas para agradar

a Deus... (Entrevista realizada com Jurandir Loureiro – PSC-ES, Brasília, 2008).

Embora destaque a defesa da família como o principal interesse dos evangélicos na CCTCI, o deputado federal Major Fábio (DEM-PB), assim como Jurandir Loureiro, acredita que, na sociedade, o crescimento da presença evangélica na mídia não seja resultado de uma determinada teologia ou de interesses denominacionais, mas ao desejo e dever de anunciar a Palavra:

Então, quando o político evangélico vai pra mídia, às vezes ele está ali também pra passar a mensagem do evangélico. Eu lhe vou dizer, ainda continuo evangelizando, ainda continuo indo para o interior, ainda continuo nos avanços missionários, ainda continuo pregando o evangelho; eu nunca deixei que a minha vida parlamentar tomasse todo o meu tempo; ainda continuo realizando o grande propósito da minha vida, que é pregar o evangelho, porque, na verdade, eu estou, estarei ajudando as pessoas, não só pra essa vida, mas pra vida que virá, entendeu? (Entrevista realizada com Major Fábio – DEM-PB, Brasília, 2008).

Durante as entrevistas por nós realizadas para a pesquisa, os parlamentares evangélicos diziam não se importar, ou melhor, não ser estratégica a participação na CCTCI, apresentavam baixo conhecimento das agendas que tramitavam ali, mas ocupavam 20% das cadeiras da comissão. Conforme Figueiredo Filho (2008) e o próprio deputado federal Antonio Feijão (PSDB-AP) demonstrou em plenária, os evangélicos exercem um uso privado da participação na CCTCI. Um uso vinculado ao interesse de um grupo e/ou de uma denominação em particular. Diferenças quanto às denominações são perceptíveis e amplamente relatadas na bibliografia²⁴, mas em um ponto os

²⁴ Destacaria, especificamente nesse debate, Machado (2006).

deputados que compunham a CCTCI à época eram taxativos: afirmavam o papel que desempenhavam na comissão, como mediadores entre suas bases, variados líderes evangélicos e o governo federal e o legislativo nacional.

As declarações dos parlamentares entrevistados que afirmavam desinteresse estratégico dos evangélicos na CCTCI não se sustentam nem pela representação que eles tinham ali (20% e a presidência da comissão), nem pelas atitudes de diferentes parlamentares evangélicos já apresentadas anteriormente neste artigo. O espaço da CCTCI pode ser pensado como de consensos em torno de ações que favorecem a “família”, como o estabelecimento de censura aos programas e de intensas disputas quando se trata de interesses denominacionais.

Conforme alguns entrevistados indicavam, diante de suas bases, eles apresentavam a participação na CCTCI e/ou a possibilidade de nela influírem como elemento-chave na divulgação de uma mensagem importante não só para o seu grupo religioso, mas para o conjunto da nação, aderindo a referenciais universalistas.

As diferenças denominacionais são destacadas por alguns parlamentares entrevistados. Eles analisam que uns foram mais ávidos em se lançar na mídia, enquanto outros não percebiam ali um meio legítimo de levarem sua mensagem bíblica. Nesse sentido, o deputado federal Zequinha Marinho (PMDB-PA) analisa:

Por exemplo, a igreja esteve afastada de televisão, era coisa do diabo a televisão. Por que é que colocaram isso na cabeça dos evangélicos? Porque televisão veicula imagens que, de repente, assustam, mas a televisão também poderia estar transmitindo uma mensagem boa, né, um programa muito bom. Então, de algum tempo pra cá, as lideranças evangélicas começaram a ver uma oportunidade de divulgar a mensagem. (Entrevista realizada em Brasília, 2008).

Na percepção de outro parlamentar, a atuação de pentecostais e neo-pentecostais na mídia televisiva, e até na política nacional, se justifica por

serem mais afeitos à disputa por espaço em relação aos protestantes. Os pentecostais teriam um projeto de poder que, em muitas situações, os unia. Nas palavras de Gilmar Machado (PT-MG), em entrevista concedida para a pesquisa em Brasília, 2008:

É também por essa visão, né? Porque ela tem uma outra visão, de que ela tem que fazer a disputa também do espaço, né? Então, eu respeito muito o trabalho dos pentecostais, acho que... a gente convive junto na frente, nos trabalhos, eu respeito o método, mas eu, particularmente, não quero ter um estado... por isso que... eles falam: “Nós vamos ter um evangélico na presidência”. Eu acho ótimo; pra governador, não tem problema nenhum, agora, ele é presidente do Brasil, não é... não vai ser presidente dos evangélicos. Então, essa é uma preocupação grande que eu tenho, com a formação; esse é um debate que eu faço muito dentro da frente; nós tivemos 70 deputados evangélicos na legislatura passada; diminuiu porque muita gente confundiu, chegou aqui, né, e muitos: “Eu sou representante da igreja”, “Não, você aqui é representante do povo brasileiro, e você é pago, muito bem pago com o imposto do povo; você tem que dar satisfação, e você não pode pegar o recurso público e transferir pra sua igreja”, como alguns confundiram e acabaram criando problema pra nós. Então, uma das preocupações da frente também é formar uma nova geração de evangélicos, que venham pra cá com uma nova mentalidade. Então, a nossa preocupação agora é formar uma nova geração de evangélicos, que venham pra cá não só com a visão da igreja, mas que venham com uma visão do desenvolvimento social, do compromisso com o próximo, foi isso também que a Bíblia nos ensinou [...]. Então, pra isso, nós temos que formar, e eu, particularmente, agradeço muito a Deus, ao movimento popular, que eu pude me formar, e também à minha igreja; eu fui treinado desde 14, 15 anos no movimento de adolescentes de igrejas pra ser dirigente, pra ser líder. E essa é uma das lições que nós recebemos: temos que

nos preparar, temos que ter envolvimento com as pessoas, não posso ficar envolvido só com a minha igreja.

Corroborando as observações do deputado acima, Zequinha Marinho (PMDB-PA), membro titular na CCTCI e fiel da Igreja Assembleia de Deus, argumenta que o cumprimento da missão evangélica passa pela ocupação de diferentes espaços, entre eles, a mídia televisiva. Com isso, admite a centralidade estratégica do uso da TV entre os pentecostais em termos do cumprimento de uma missão mais ampla, comunicando Igreja e sociedade em geral.

Ela [a igreja evangélica] tem uma missão. Por exemplo, Jesus disse que ela é o sal da terra e a luz do mundo; ela foi um sal, mas um sal que esteve só no saleiro, né? Então, pra salgar, tem que estar em contato com a matéria. Recuou bastante, né, e esse perfil é um perfil que deu prejuízo; perfil de comportamento, perfil de visão estratégica, perfil de atuação; deu prejuízo. Hoje, tem que correr, correr contra o tempo, buscar rádio, buscar televisão, buscar todos os meios de comunicação, pra que o evangelho realmente faça a diferença, porque senão daqui uns dias a gente vai ter um país insuportável, né? (Zequinha Marinho – PMDB-PA, Brasília, 2008).

Nos termos propostos por esse mesmo deputado, o cumprimento da missão evangélica resultaria na erradicação ou mitigação do que apresenta como males sociais contemporâneos, tais como o uso de drogas ilícitas e a dissolução da família.

A segurança pública, por exemplo, está com deficiência, e todo mundo sabe que o governo não dá conta disso; a igreja dá conta disso. Se a igreja chegar com o evangelho na família do bandido, enquanto esse bandido não nasceu, está nascendo, ou tenha nascido, e seja uma criança, o evangelho muda o destino, correto? O remédio pro Brasil passa por isso. O governo hoje gasta 10% do PIB, mais do que saú-

de, educação, assistência social, tudo junto, com segurança, e está aí essa situação. Quer dizer, é um trabalho que ele faz, um trabalho, digamos assim, que não é preventivo, é um trabalho curativo, uma força e tal, mas não segura, porque uma máquina aqui produzindo bandidos 24 horas, né, induzido pelas questões sociais, induzido pela falta de conhecimento, de temor de Deus, de respeito, de tudo; o evangelho muda esse comportamento, e bota o cara para ser uma boa pessoa, um bom cidadão, um bom pai de família, uma boa mãe de família. (Zequinha Marinho – PMDB-PA, Brasília, 2008).

Questionados sobre a censura de conteúdos nas mídias, sobre a liberdade de expressão das mais diferentes minorias, os evangélicos entrevistados reagem afirmando seu engajamento na preservação da liberdade de expressão dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira hoje. Sendo assim, argumentam que o PLC 122/2006 estaria coibindo o direito de expressão dos religiosos que querem continuar a pregar a Bíblia em sua integridade porque, segundo o deputado federal Zequinha Marinho (PMDB-PA), “a Bíblia não faz curva, né, ela é reta”. Desse modo, o deputado aciona argumentos em defesa da liberdade de expressão, da garantia de direitos e da afirmação da democracia para se colocar diante dos atores sociais que identificam nos evangélicos, em muitos casos, aqueles que impedem o avanço da democracia e ampliação dos direitos humanos para diferentes segmentos sociais. Esse uso do argumento do outro adaptado à defesa de posições contrárias é identificado como um “efeito de retorsão” definido por Taguieff, segundo Pierucci (1990), como:

Taguieff vai identificar o que ele denomina “efeito de retorsão”: um contendor se coloca no terreno discursivo e ideológico do adversário e o combate com as armas deste, as quais, pelo fato de serem usadas com sucesso contra ele, deixam de pertencer-lhe pois que agora jogam pelo adversário. A retorsão opera assim, de uma só vez, uma retomada, uma revirada e uma apropriação-desposseção de argu-

mentos: ela tem por objetivo impedir ao adversário o uso de seus argumentos mais eficazes, pelo fato mesmo de utilizá-los contra ele (TAGUIEFF, 1986b; também ANGENOT, 1982). (PIERUCCI, 1990, p. 11).²⁵

Em entrevista realizada ao final do culto da FPE, em um dos plenários da Câmara, o deputado federal Major Fábio (DEM-PB) afirma a centralidade dos evangélicos na sociedade brasileira. O exercício de sua missão seria dado pela via da mídia e da política, na perspectiva colocada por ele e pelos demais parlamentares evangélicos entrevistados na pesquisa. Destaca que o seu ativismo²⁶ e de seus companheiros da FPE visariam à preservação das minorias, daqueles já injustiçados pela desigualdade social. Assim, ao justificar a posição da Frente Parlamentar Evangélica contra o aborto, o major Fábio diz que o fazem pensando, inclusive, na “defesa das mulheres mais pobres”, da “não precarização” e “não penalização” dessa mulher que já seria tão penalizada

²⁵ Em termos filosóficos mais gerais, concordo com os argumentos que apontam para os limites no uso desta noção de retorsão. Ao acionarmos a noção de retorsão estamos assumindo que há indivíduos ou grupos sociais que teriam a posse de um termo ou podem ser vistos como os concedentes do sentido original de qualquer expressão. Isso seria insustentável empiricamente, visto que os embates sociais partem de diferentes direções e estão na vida social há tempo suficiente para não nos permitir determinada afirmação. No entanto, no caso específico e circunscrevendo a mobilização dos termos a um período recente da história, é cabível a afirmação de que, nos casos específicos que trato no artigo, os políticos evangélicos da FPE operam muitas vezes a partir de retorsões. Ou seja, o movimento social e mesmo o executivo acionam um conjunto de referenciais políticos e teóricos para apresentarem determinadas demandas sociais, políticas públicas ou projetos de lei e, ativando o mesmo termo, mas o ressignificando (ou, retorcendo, nos termos de PIERUCCI, 1990), os evangélicos afirmam que não estão contra a pauta específica. Nesse sentido, por exemplo, não se dizem privilegiados, mas minorias diante da hegemonia católica; não se dizem contra o aborto, mas favoráveis à preservação da saúde feminina; não se dizem contra os gays, mas contra o pecado (não contra o pecador); não são contra a laicidade, como são “acusados”, dizem-se favoráveis à laicidade, produtores de laicidade, já que esta poderia ser compreendida como a oportunidade pública igualmente partilhada por variados grupos religiosos, não só os católicos.

²⁶ Destaco esse ativismo como conservador. Segundo Vaggione, o termo ativismo conservador “permite enfatizar o propósito central, que é o de influenciar as políticas públicas e as legislações. São setores que não só defendem uma cosmovisão específica sobre a sexualidade e a família que se encontraria ameaçada pelo feminismo e pela diversidade sexual, como também se mobilizam ativamente para fazer com que o direito e as políticas públicas sigam essa cosmovisão” (2010, p. 15 apud MACHADO, 2012, p. 26).

pela estrutura econômica vigente. Nesse sentido, os evangélicos emergiriam como defensores das mulheres, e não o contrário, ativando o mesmo “efeito de retorsão” destacado em passagem anterior no texto. Nas palavras do deputado federal Major Fábio (então PMDB-PB) em entrevista concedida à pesquisa em Brasília, 2008:

É. O aborto, a gente caminha junto. Nós acreditamos que o aborto é o que vai de encontro aos princípios evangélicos, aos princípios da palavra de Deus. Nós não acreditamos que nós devemos penalizar novamente a mãe, que já foi penalizada de não ter um pré-natal, não ter assistência médica, não ter moradia, e penalizá-la agora novamente como homicida, a tirar a vida daquele ser que está dentro do seu ventre. Então, nós somos totalmente contrários, e isso é uma posição definida, que nós não podemos voltar atrás, e não voltaremos atrás, porque é uma definição que nós podemos alcançar através da palavra de Deus.

Durante as entrevistas nas quais buscávamos investigar a atuação dos parlamentares evangélicos nos temas relativos às comunicações no Brasil, sobre como atuavam na CCTCI e nos demais fóruns que debatiam a questão de democratização das comunicações, os parlamentares falavam sucintamente sobre a relação deles com os meios de comunicação. Eles gostavam de falar sobre alguns temas específicos que, como destaca o deputado federal Zequinha Marinho (PMDB-PA), são os que unem os evangélicos no Congresso. Em suas palavras:

[a FPE] É toda unida; vota junto, trabalha junto. A questão, por exemplo, ligada à questão moral. Na Câmara tramitam projetos que, digamos assim, regularizam a atividade do sexo, legalizam a prostituição como profissão... Então, a gente trabalha contra isso e tenta mostrar que isso não contribui com a sociedade, isso não edifica, não dá resultado. (Zequinha Marinho, Brasília, 2008).

Também sobre as questões que mobilizam a FPE e sobre a liberdade da qual os parlamentares evangélicos disporiam em temáticas não ligadas ao que consideram como moral, o deputado federal Geraldo Pudim (PR-RJ) disse em entrevista concedida à pesquisa em Brasília, em 2008:

A bancada evangélica tem total liberdade para atuar no parlamento, sem qualquer tipo de restrição, porém, nos temas que nós consideramos polêmicos, a bancada tem uma posição única, como, por exemplo, a questão do aborto; como, por exemplo, o casamento entre pessoas do mesmo sexo; a questão relacionada à pesquisa com células-tronco embrionárias. Tem uma questão, que nós discutimos nessa bancada, e tiramos posição em relação a esses temas polêmicos. Os demais temas, que não envolvem questões relacionadas (inaudível) que contém na Bíblia, não há qualquer tipo de problemas na bancada.

Considerações sobre a nova atuação dos evangélicos no parlamento também animavam os entrevistados. Sobre isso, Geraldo Pudim (PR-RJ) salientou:

Então, o evangélico, ele faz questão de, com alegria, ter o seu culto pela manhã, às quartas-feiras, às oito e meia da manhã; ele faz questão de se reunir; ele debate os temas. E, no passado, a bancada evangélica estava muito a reboque do que acontecia. A bancada se posicionava numa atitude reativa; hoje, a bancada evangélica já é proativa em temas que a gente considera importantes. Então, a diferença que eu vejo entre as outras bancadas e outras religiões, é que a bancada evangélica, ela é ativa, ela é proativa, ela se reúne, ela cultua o Senhor aqui dentro, também no Senado. Então, essa é a grande diferença que eu vejo. E com alegria, o evangélico tem se posicionado e diz que é evangélico.

Ainda sobre a operação parlamentar dos evangélicos e suas alianças, o deputado federal Major Fábio (então PMDB-PB) disse em entrevista concedida à pesquisa:

Tem muitos parlamentares, mesmo sem ser evangélicos, que pensam da mesma forma que os evangélicos pensam, né? Apenas nós reforçamos; nós temos aquele compromisso, compromisso sério, entendeu? Porque, na verdade, nós temos compromisso com Deus. Graças a Deus outros parlamentares, mesmo sem serem evangélicos, têm contribuído, entendeu? Têm contribuído e participam até muitas vezes dos nossos cultos²⁷.

Nesses e em outros pronunciamentos, sejam no Plenário da Câmara, sejam na grande imprensa, era notória a insistência na apresentação da importância do evangélico para a sociedade como agente moralizador, civilizador, como mediador, em última instância, entre natureza e cultura. Seriam os evangélicos, a partir da atuação missionária na TV, nas rádios, no parlamento, na chave de análise que acionam, aqueles capazes de desempenhar um papel central na sociedade, controlando fluxos e o que por eles são considerados desvios, deturpações, “impulsos a serem domados”.

Considerações finais

Contrariamente ao que afirmam sobre os religiosos evangélicos, parlamentares ou não, esses advogam para si o papel de mediadores sociais capazes de promover uma melhoria generalizada da sociedade, a partir de ações universais que visam ao combate de desigualdades e de diferenças historicamente estigmatizadoras de alguns grupos específicos.

O acesso aos meios de comunicação de massa (tradicionais e ao ciberespaço) ganha destaque nesse projeto político-religioso pela centralidade que ocupa no mundo contemporâneo, isto é, por ser uma das principais instâncias sociais responsáveis pela produção de sentido na modernidade (VERÓN, 1980), exercendo, igualmente, importante papel na produção de sensação de realidade quando se acredita que o que não está na mídia não

²⁷ Em Vital da Cunha; Lopes (2012), analisamos a abrangência do repertório ativado pelos parlamentares evangélicos discutindo como ora se apresentam como proponentes de uma agenda, ora como vocalizadores de anseios em ebulição na sociedade.

acontece, sendo o contrário também verdadeiro (FRIDMAN, 2001). Do ponto de vista econômico, a mídia de massa é também fulcral para a movimentação de produtos religiosos²⁸ (evangélicos e católicos) no mercado brasileiro.

Como apresentei em momento anterior no texto, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) criticou veementemente, operando pela via de uma limpeza moral dos evangélicos que, como ele, se opõem ao estilo das igrejas que professam a Teologia da Prosperidade, o uso dos meios de comunicação de massa por evangélicos interessados em obter ganhos financeiros estratosféricos em detrimento de acionarem o potencial dos suportes de mídia em campanhas em prol de agendas universais no Brasil, tais como a erradicação da pobreza e da mortalidade materna e infantil.²⁹ Em suas palavras:

Elas pedem, mas não dão; elas prometem prosperidade, riqueza, desde que você pague. Com seu enorme poder de comunicação, não lideram campanhas em favor dos mais pobres, por hospitais, creches, pela redução da mortalidade materno-infantil, pela erradicação do analfabetismo, pela frequência escolar, contra o trabalho escravo e contra a exploração da mão de obra infantil.

Os evangélicos defendem sua presença na vida pública no Brasil ancorando-se no fundamento do constitucionalismo moderno, que defende que o direito à diferença e o respeito às minorias são pressupostos da democracia. Nessa chave, afirmam que seu lugar na política, nas escolas, na mídia, nos presídios etc. é a concretização do efeito da diversidade em oposição ao desrespeito à diferença, operado quando da hegemonia católica no Brasil em décadas passadas. Constroem-se, publicamente, como uma minoria (BURITY, 2011, 2008; MACHADO, 2006; entre outros). Aqui vemos operar nas telas,

²⁸ Segundo o jornal *The Guardian*, o mercado de música gospel, muito explorado na programação evangélica na TV e nas rádios, assim como no ciberespaço, movimenta R\$ 1,5 bilhão anualmente. Fonte: <<http://noticias.gospelmais.com.br/jornalista-acusa-malafaia-macedo-santiago-vendilhoes-fe-29288.html>>. Acesso em: 6 de mar. 2014.

²⁹ Fonte: <<http://noticias.gospelmais.com.br/senador-critica-comercio-religioso-tv-combater-pratica-48292.html>>. Acesso em: 6 mar. 2014.

nas plenárias e nos púlpitos o “efeito de retorsão” que conecta, do ponto de vista do repertório que acionam, ativistas conservadores religiosos, de um lado, e ativistas de esquerda, de outro. O artigo provocador de Pierucci, “Ciladas da Diferença”, nos conclama a pensar nos mantos ideológicos que vão cobrindo um ou outro argumento enfatizando a cilada que representaria o seu uso pelos movimentos sociais identificados com a esquerda. Esses, constata o autor, capturaram o repertório da direita ao afirmarem a diferença e ao disputarem politicamente para que ela seja respeitada e, mais recentemente, como argumenta Novaes (2012), para que seja valorizada. Isto é, a diferença sendo acionada não somente como um mero preceito constitucional a ser tolerado, mas como um atributo positivo a ser evidenciado. Há ganhos políticos e sociais associados a essa retorsão produzida pela esquerda em torno dos argumentos da direita, mas que, nos limites deste artigo, não poderão ser todos destacados.

A presença de evangélicos no espaço público, sobretudo do ativismo conservador religioso exercido por algumas lideranças desse segmento na mídia de massa, faz refletir sobre esses “efeitos de retorsão”, não precisamente como um mal a ser superado, mas como um elemento constitutivo do jogo político e para o qual os ativistas alinhados com as diferentes ideologias em disputa podem estar atentos, mas do qual não vão conseguir escapar. A questão política que essa afirmação nos provoca a pensar é como, em um campo de disputa no qual não há espaços para relativizações metafísicas, os ativistas de esquerda (inclusive evangélicos, identificados por nós como progressistas em recente publicação [VITAL DA CUNHA et alii., 2017]) farão para ganharem força em torno de suas agendas. Sociologicamente, interessa-me continuar analisando as estratégias de religiosos, quais os mecanismos que ativam com vistas à consolidação de projetos políticos em disputa e quais os processos de legitimação de meios e de práticas emergem nessas situações.

Em resumo, com base nos dados levantados na pesquisa “Evangélicos e Doutrina no Ar: uma investigação sobre os evangélicos nas Comissões e Conselhos do Legislativo Nacional” (ISER e Fundação Ford), podemos sugerir que: 1) Diferentemente do que ocorria até algumas poucas décadas

atrás, há um interesse crescente de evangélicos pelo uso da mídia televisiva e pelas redes sociais. Este modo potente de evangelização e de publicização contemporânea do religioso dialoga com formas, desejos e possibilidades de participação de um número crescente de fiéis (e potenciais fiéis) no Brasil e no mundo. Vale destacar que, embora neste estudo tenhamos dado atenção a grupos economicamente privilegiados no segmento religioso evangélico, há também grupos progressistas (institucionalizados ou não) que dispõem de poucos recursos para este tipo de publicização da fé, mas que utilizam as redes sociais e o ambiente digital de modo ativo e crescente para a divulgação de um outro modo de ser evangélico, de viver a fé, de militar, de atuar em prol dos direitos humanos e, portanto, na defesa de minorias; 2) As justificativas públicas mobilizadas pelas lideranças que representam grandes denominações evangélicas nacionais para disputarem espaços na TV, mesmo diante da necessidade de altas quantias para a sua manutenção, emergem em torno da preservação ou do resgate da moral e da salvação de populações inteiras que se encontrariam em situação de degradação social. Na região moral de fachada, aquela na qual a manipulação das impressões se torna mais necessária e evidente (GOFFMAN, 1995), argumentam que seus interesses gravitam em torno da salvação, da moral e da conseqüente economia de recursos públicos com a (propalada) eficaz atuação dos evangélicos no combate ao uso de drogas e na preservação das famílias (dois problemas sociais identificados como nodais na sociedade brasileira hoje pelas lideranças entrevistadas). No entanto, uma análise mais detida do conteúdo dos programas das diferentes redes de TV evangélicas nos permite afirmar que um percentual maior do que 25% do horário diário é dedicado à venda de produtos, divulgação de campanhas para arrecadação de recursos pelas igrejas e demanda direta por pagamento de dízimo; 3) A unidade entre os evangélicos no Congresso Nacional é sempre circunstancial, visto que a competição denominacional se revela periodicamente em embates públicos entre lideranças religiosas. Muitas vezes, às disputas pelo fortalecimento político e econômico de suas denominações se somam disputas partidárias. Com isso, chamamos atenção para a insuficiência das análises que apresentam os evangélicos como um bloco homogêneo

e que atua de modo constante e inequívoco na direção da manutenção de um ou outro projeto. Empiricamente observa-se que há convergência em algumas legislaturas em torno, por exemplo, da necessidade de um evangélico assumir a presidência da República. Mas as divergências são inúmeras no tocante a como, com qual base política e na defesa de quais bandeiras.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Ronaldo. A expansão pentecostal: circulação e flexibilidade. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.). **As religiões no Brasil: continuidades e rupturas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
2. BICCA, Alessandro; STEIL, Carlos Alberto. Religião e Prisão. **Debates do Ner**, ano 6, n. 8, 2005.
3. BIRMAN, Patrícia. Feminine mediation and pentecostal identities. **Cambridge Anthropology**, Cambridge, v. 20, n. 3, 1998.
4. BOSISIO, Izabella. **A religião no calendário oficial: um mapeamento da legislação de feriados no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – MN-UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.
5. BURITY, Joanildo. **Identidade política no campo religioso**. Recife: Editora da UFPE, 1997.
6. _____. Republicanismo e o crescimento do papel público das religiões: comparando Brasil e Argentina. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 1(1), p. 199-227, 2011.
7. _____. Religião, política, cultura. **Tempo Social (USP, Impresso)**, v. 20/2, p. 83-113, 2008.
8. BURITY, Joanildo; MACHADO, M. D. (Org.). **Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.
9. CAMPOS, Leonildo Silveira. **O complicado “governo dos justos”**: avanços e retrocessos no número de deputados federais evangélicos eleitos em 2006 e 2010. **Debates do NER**, ano 11, n. 18, p. 39-82, 2010.
10. _____. Evangélicos e mídia no Brasil – uma história de acertos e desacertos. **REVER**, PUC-SP, v. 4, p. 1-26, 2008.
11. _____. Evangélicos, pentecostais e carismáticos na mídia radiofônica e televisiva. **Revista USP**, São Paulo, v. 61, p. 146-163, 2004.

12. CONRADO, Flávio César. Política e mídia: a Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições. **Religião e Sociedade**, v. 21, n. 2, 2001.
13. CUNHA, Luiz Antônio. O Sistema Nacional de Educação e o ensino religioso nas escolas públicas. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 34, p. 925-941, 2013.
14. _____. Confessionalismo versus laicidade na educação brasileira: ontem e hoje. **Visioni Latinoamericane**, v. III, p. 4-17, 2011.
15. _____. De la laïcité à la française à la laïcité à l'américaine dans l'enseignement public brésilien. **Education Comparee**, v. 1, p. 115-128, 2008
16. CUNHA, M. N. “Vinho Novo em Odres Velhos”: Um olhar comunicacional sobre a explosão gospel no cenário religioso evangélico no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
17. FERNANDES, Rubem César. **Novo Nascimento**: os evangélicos em casa, na igreja e na política. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. In: *Religião e Sociedade*, 19/1, 1998.
18. _____. **Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil**: um estudo sobre evangélicos na política nos anos 90. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
19. FIGUEIREDO FILHO, Valdemar. **Os três poderes das redes de comunicação evangélicas**: simbólico, econômico e político. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 2008.
20. FONSECA, Alexandre Brasil. Uma igreja na política: voto, clientelismo e mediação na Igreja Universal do Reino de Deus. **Cadernos CEAS**, n. 16, p. 66-88, 1996.
21. _____. Lideranças Evangélicas na Mídia: Trajetórias na política e na sociedade civil. **Religião e Sociedade**, v. 19, n. 1, 1998.
22. _____. Fé na tela: características e ênfases de duas estratégias evangélicas na televisão. **Religião e Sociedade**, v. 23, n. 2, Rio de Janeiro, ISER, 2008.
23. FRESTON, Paul. Uma breve história do pentecostalismo brasileiro: a Assembleia de Deus. **Religião e Sociedade**, v. 16, n. 3, 1994.
24. _____. Evangélicos na política brasileira. **Religião e Sociedade**, v. 16, n. 1-2, 1992.
25. _____. Evangélicos e Política no Brasil, da Constituinte ao Impeachment. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – DCS/IFCH/Unicamp, São Paulo, 1993.
26. _____. As Igrejas Evangélicas nas eleições gerais brasileiras. **Religião e Sociedade**, v. 17, n. 1-2, 1996.
27. GIUMBELLI, Emerson Alessandro. A Presença do Religioso no Espaço Público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**, v. 28, n. 2, 2008.

28. _____. **O fim da religião**. São Paulo: Attar Editorial, 2002.
29. GIUMBELLI, Emerson Alessandro; CARNEIRO, Sandra. Ensino Religioso no Estado do Rio de Janeiro: registros e controvérsias. **Comunicações do ISER**, n. 60, ano 23, 2004.
30. GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
31. HOOVER, S. Visual religion in media culture. In: MORGAN, D. & PROMEY, S. (Eds.). *Visual Culture in American Religions*. Los Angeles: University of California Press, 2001. p. 146-159.
32. KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
33. LUI, Janayna Alencar. **Educação, Laicidade, Religião**: controvérsias sobre a implementação do ensino religioso em escolas públicas. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) – IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.
34. MACHADO, Maria das Dores Campos. Conflitos religiosos na arena política: o caso do Rio de Janeiro. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, v. 6, n. 6, 2004.
35. _____. **Política e Religião**: A participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
36. _____. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, 2012.
37. MACHADO, Maria das Dores Campos; MARIZ, Cecília. Religião, trabalho voluntário e gênero. **Interseções (UERJ)**, v. 9, p. 309-326, 2007.
38. MAFRA, Clara. **Os Evangélicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.
39. MALLIMACI, Fortunato. **Religion y política**: perspectivas desde América Latina y Europa. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008.
40. MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
41. _____. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, maio/ago. 2011.
42. MARIZ, Cecília; SILVA, Rosiane da. Líderes Católicas e Candidatas Políticas. **Interseções (UERJ)**, v. 2, p. 127-146, 2006.
43. MIRANDA, Ana Paula Mendes de. A força de uma expressão. **Comunicações do ISER**, n. 66, ano 31, 2012.
44. MONTERO, Paula. Religião, Pluralismo e Esfera Pública no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 74, 2006.
45. _____. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. **Religião e Sociedade**, v. 32, n. 1, p. 167- 183, 2012.

46. _____. Jürgen Habermas: religião, diversidade cultural e publicidade. **Novos Estudos**, São Paulo, Cebrap, n. 84, p. 199-213, 2009.
47. NOVAES, Regina Célia Reyes. Os crentes e as eleições. *Comunicações do ISER*, v. 3, p. 18-21, 1982.
48. _____. Pentecostalismo, política e mídia. In: VALLA, Victor. **Religião e cultura popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 41-74.
49. _____. Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens. In: FRIDMAN, Luiz Carlos. **Política e cultura: século XXI**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Alerj, 2002. p. 63-97. 2006
50. ORO, Ari Pedro; MARIANO, Ricardo. Eleições 2010: religião e política no Rio Grande do Sul. **Debates do NER**, ano 11, n. 18, p. 11-38, 2011.
51. PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. **A Realidade Social das Religiões no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996.
52. _____. Ciladas da diferença. **Tempo Social**; *Rev. Social, USP*, S. Paulo, 1990.
53. _____. Eleição 2010: Desmoralização eleitoral do moralismo religioso. **Novos Estudos CEBRAP** (Impresso), v. 89, p. 05-16, 2011.
54. QUIROGA, Ana Maria; VITAL DA CUNHA, Christina (Orgs.). Religiões e Prisões. **Comunicações do ISER**, n. 61, ano 24, 2005.
55. RIBEIRO, Renato Janine. Religião e política no Brasil contemporâneo. In: FRIDMAN, Luiz Carlos. **Política e cultura: século XXI**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Alerj, 2002. p. 99-110.
56. SANTANA, Luther King de Andrade. Religião e Mercado: a Mídia Empresarial-Religiosa. **REVER – Revista de Estudos da Religião**, n. 1, p. 54-67, 2005.
57. SANTOS, Ivanir dos; ESTEVES FILHO, Astrogildo (Orgs.). **Intolerância Religiosa x Democracia**. 1. ed. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.
58. SCHELIGA, Eva L. **Educando sentidos, orientando uma práxis: etnografia das práticas de assistência entre evangélicos brasileiros**. 1. ed. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2013. v. único. 278p.
59. SCHOENFELDER, Rosilene; PAZ, Joice Lisa Zenati. A Igreja do Evangelho Quadrangular nas eleições de 2006: a disputa pela vaga de deputado federal. **Debates do NER**, ano 7, n. 10, p. 27-38, 2006.
60. SILVA, Vagner Gonçalves da (Org.). **Intolerância religiosa**. Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2007. 328 p.
61. SIMÕES, Pedro. **Filhos de Deus: Assistência Religiosa no Sistema Socioeducativo**. Rio de Janeiro: ISER, 2010 a. 192p.

62. _____. Pescadores de Homens: perfil da assistência religiosa no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. **Comunicações do ISER**, n. 64, ano 29, 2010b.
63. TADWALD, Marcelo. Eleitos de Deus e pelo povo. Os evangélicos e as eleições federais de 2010. **Debates do NER**, ano 11, n. 18, p. 83-110.
64. _____. Demonização da política ou a política demonizada? Os evangélicos e as eleições federais de 2006. **Debates do NER**, ano 7, n. 10, p. 79-88, 2006.
65. TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata et al. **As Religiões no Brasil: Continuidades e Rupturas**. Petrópolis: Vozes, 2006. 264p.
66. VELASQUES FILHO, P. (Org.). **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990.
67. VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
68. VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, HBS, 2012.
69. _____. Conflitos religiosos e a construção do respeito à diversidade: breve histórico e iniciativas recentes. In: LIBONATI, André; GARCIA, Débora; EITLER, Kitta (Org.). **Comunicação e Transformação Social**. V. 1. Rio de Janeiro: Editora Unisinos, 2012. p. 95-122.